



ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2026 **DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

Aos dez dias do mês de Setembro do ano de 2026, às 10:30 hrs., foi realizada a nona reunião ordinária do Comitê de Investimentos, ocorrida na sede do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis- PREVINIL, situado na Rua Professor Alfredo Gonçalves Filgueiras nº 18 sala 201, em modelo híbrido, atendendo a Convocação da Presidência/Gestor dos Recursos, tendo comparecido de forma presencial os seguintes Membros: Sr. Alberto Zampaglione, Sr. Atos Gabriel Braga Ventura, Sra. Solange Dutra e o Sr. Rodrigo Serpa Florêncio e de forma on line através da plataforma meet a Sra. Danielle Villas Boas Agero Corrêa, todos designados por meio da Portaria 56/2026, a fim de deliberarem em reunião ordinária, em atendimento ao Art. 79 da Lei Complementar Nº 141/2018, sobre a pauta a seguir: **A) Cenário macroeconômico com base nos trechos de matérias extraídas do jornal Valor Econômico; Jornal O Globo; Jornal Estadão; Morning Call com Filipe Villegas; Boletim Focus:** O Ibovespa encerrou o pregão de segunda-feira em alta de 1,0%, aos 177.419 pontos, no nono pregão consecutivo de ganhos. O movimento combinou a forte alta do petróleo, após a escalada das tensões entre Estados Unidos e Irã, com a repercussão de novas pesquisas eleitorais. Enquanto a alta da *commodity* beneficiou as petroleiras, o cenário político impulsionou as ações domésticas. Na ponta positiva, destaque para as construtoras MRV (MRVE3, +6,17%) e Cyrela (CYRE3, +5,52%), as maiores altas do índice. Na ponta negativa, ação de companhias exportadoras como Vale (VALE3, -0,93%), Embraer (EMBJ3, -1,82%) e Suzano (SUZB3, -1,50%) recuaram. Os juros futuros encerraram ontem praticamente estáveis. Nos EUA, a curva operou sem direção única, com a T-note de 2 anos a 4,34% (-1 bp), a T-note de 10 anos a 4,74% (+1 bp) e o T-bond de 30 anos a 5,24% (+3 bps). No Brasil, o DI jan/27 encerrou a 13,62% (+1 bp), o DI jan/29 a 14,18% (+1 bp) e o DI jan/31 a 14,48% (-3 bps), refletindo a cautela dos investidores diante do aumento de ruídos no cenário político e da manutenção da pressão externa sobre os juros globais. A NTN-B teve pouca oscilação, com a B29 a 7,95% (estável), a B35 a 7,91% (vs. 7,92%) e a B50 a 7,49% (vs. 7,50%). Em relação ao noticiário geopolítico, destaque aos ataques militares entre Estados Unidos e Irã – os primeiros em cerca de um mês – que levaram o preço do petróleo (Brent) a subir cerca de 3% ontem, para US\$ 91 por barril. Esse movimento reforçou as apostas em alta de juros nos Estados Unidos, com o mercado precificando 2/3 de chances de elevação na próxima reunião de política monetária do Federal Reserve (15-16 de setembro). No Brasil, o governo federal apresentou ontem o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, com projeção de superávit primário de R\$ 18,6 bilhões — superando a meta fiscal em R\$ 10,1 bilhões. A estimativa é sustentada por premissas otimistas de receita, incluindo expansão de 2,5% para o PIB no próximo ano. Projetamos déficit total de R\$ 47,8 bilhões em 2027 (0,3% do PIB), refletindo projeções de crescimento do PIB mais conservadoras e a exclusão de medidas de elevação de receitas de concretização incerta. Nos estados unidos e atividade e mercado de trabalho serão os destaques da agenda econômica internacional: sondagem industrial ISM de agosto e abertura de vagas de emprego – relatório JOLTS – de julho. Conforme já divulgado nesta manhã, a inflação ao consumidor da Zona do Euro acelerou de 2,9% em julho para 3,3% em agosto (acumulado em 12 meses), em linha com as expectativas. Já o núcleo da inflação — que exclui itens voláteis de alimentos e energia — recuou sutilmente de 2,5% para 2,4%, enquanto o mercado esperava estabilidade. Na agenda doméstica, o PIB do 2º trimestre ocupará o centro das atenções. Estimamos alta de 0,4% para o PIB total em comparação ao 1º trimestre de 2026 (e de 1,9% em relação ao 2º trimestre de 2025). Pelo lado da oferta, os principais setores devem registrar crescimento, embora em ritmo mais moderado do que no trimestre anterior. Pelo lado da demanda, a absorção doméstica deve mostrar solidez, com avanço tanto do consumo quanto dos investimentos em ativos fixos. Olhando adiante, entretanto, a atividade deve desacelerar de forma acentuada. Prevemos que o PIB crescerá 2,0% em 2026 e 1,0% em 2027, com viés de baixa. **B) Evolução da execução do orçamento do RPPS até a competência Agosto de 2026:** Foi apresentada aos membros do Comitê de Investimentos a evolução da execução orçamentária do RPPS até a competência de agosto de 2026. Inicialmente, registrou-se que, em 18 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Orçamentária nº 6.984/2025, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Nilópolis para o exercício de 2026. Foi estimada uma receita no montante de R\$ 102.928.000,00 (cento e dois milhões, novecentos e vinte e oito mil reais) e fixada uma despesa de R\$ 104.828.000,00 (cento e quatro milhões, oitocentos e vinte e oito mil reais). A diferença verificada entre a previsão da receita e a fixação da despesa decorre,



principalmente, das despesas relacionadas ao pagamento de benefícios do IBASCANN, cuja cobertura é realizada mediante transferência financeira oriunda da Prefeitura Municipal. No que se refere à execução da receita, até 31 de agosto de 2026, foi arrecadado o montante de R\$ 32.756.116,63 (trinta e dois milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, cento e dezesseis reais e sessenta e três centavos). Quanto à execução da despesa, do total fixado para o exercício, foram registrados R\$ 51.394.878,58 (cinquenta e um milhões, trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e setenta e oito reais e cinquenta e oito centavos) em despesas empenhadas, R\$ 50.716.455,56 (cinquenta milhões, setecentos e dezesseis mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) em despesas liquidadas e R\$ 45.648.775,94 (quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos) em despesas pagas. Os membros do Comitê foram informados de que as movimentações orçamentárias e financeiras encontram-se devidamente registradas e evidenciadas nos relatórios gerenciais e contábeis disponibilizados pela Diretoria Financeira, por meio do sistema oficial de contabilidade, bem como no Portal da Transparência, permitindo o adequado acompanhamento da execução orçamentária e financeira do RPPS.

C) Dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo: A Diretoria Financeira apresentou a posição atualizada dos fluxos de caixa e dos investimentos do RPPS, com base nos saldos apurados em 31 de agosto de 2026. Na referida data, os recursos disponíveis em contas correntes totalizavam: Banco Santander – R\$ 35.396,74; Banco Santander (Conta Tesouro) – R\$ 2.906.485,00; Banco Itaú (Conta Atuarial) – R\$ 0,00; Caixa Econômica Federal (Conta Atuarial) – R\$ 0,00; Caixa Econômica Federal (Conta de Contribuições Previdenciárias) – R\$ 200.810,10; e Banco do Brasil – R\$ 0,00. Quanto aos investimentos, o montante aplicado alcançava R\$ 86.457.445,21 (oitenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e vinte e um centavos). Desse total, R\$ 7.695.753,27 (sete milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, setecentos e cinquenta e três reais e vinte e sete centavos) correspondem aos recursos da Taxa de Administração, distribuídos da seguinte forma: R\$ 4.527.838,43 (quatro milhões, quinhentos e vinte e sete mil, oitocentos e trinta e oito reais e quarenta e três centavos) no fundo Institucional Referenciado DI; R\$ 849.036,48 (oitocentos e quarenta e nove mil, trinta e seis reais e quarenta e oito centavos) no fundo CEF Gestão Estratégica; R\$ 1.759.771,79 (um milhão, setecentos e cinquenta e nove mil, setecentos e setenta e um reais e setenta e nove centavos) no fundo CEF IDKA 2A; e R\$ 559.106,97 (quinhentos e cinquenta e nove mil, cento e seis reais e noventa e sete centavos) no fundo CEF Matriz.

D) Propostas de investimentos e respectivas análises técnicas, que deverão identificar e avaliar os riscos de cada proposta, incluídos os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, jurídico e sistêmico: A Diretoria Financeira informou que, durante o mês de junho de 2026, não foram identificadas oportunidades de investimentos que justificassem a apresentação de novas propostas de alocação ou realocação de recursos da carteira do RPPS. Foi esclarecido ainda que o acompanhamento permanente do mercado financeiro foi mantido ao longo do período, mediante análise dos cenários macroeconômicos, das expectativas para a política monetária, do comportamento dos principais indicadores econômicos e do desempenho dos ativos que compõem a carteira de investimentos do Instituto. Em razão da inexistência de oportunidades que apresentassem relação risco-retorno mais vantajosa em comparação às aplicações já existentes, não foram submetidas ao Comitê propostas de novos investimentos ou de alterações relevantes na estratégia de alocação dos recursos.

E) Análise da execução da política de investimentos: No que se refere à análise da execução da Política de Investimentos do RPPS, foi informado aos membros do Comitê de Investimentos que não foi possível realizar, na presente competência, a análise técnica formal da execução da Política de Investimentos nem do relatório analítico dos Investimentos, em razão da ausência, até o momento, de contrato vigente com empresa especializada em consultoria financeira para subsidiar tecnicamente os trabalhos do Comitê. Foi ressaltado pelo Sr. Rodrigo que a ausência da consultoria especializada impossibilitou a realização de análise técnica mais aprofundada quanto ao desempenho da carteira de investimentos, à aderência das aplicações aos parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos, à avaliação dos riscos e retornos, bem como às estratégias de alocação e realocação dos recursos, sem prejuízo do acompanhamento dos saldos e das movimentações financeiras apresentados pela Diretoria Financeira. Foi informado aos membros do Comitê que se encontra em fase de conclusão o processo de contratação de nova empresa de Consultoria Financeira, conforme documentação constante do Processo Administrativo nº 2026/06/243, destinada à prestação de serviços especializados de consultoria financeira e de investimentos ao RPPS. Foi esclarecido que, tão logo seja concluído o processo de contratação e formalizados os procedimentos necessários para o início da prestação dos serviços, os relatórios, dados, informações e demais documentos técnicos pertinentes serão disponibilizados ao Comitê de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURAMUNICIPALDENILÓPOLIS
INSTITUTODEPREVIDÊNCIADOSSERVIDORESDOMUNICÍPIODENILÓPOLIS–PREVINIL

Investimentos, possibilitando a realização da análise da execução da Política de Investimentos, inclusive quanto ao desempenho e à aderência da carteira aos limites e estratégias estabelecidos. Os membros do Comitê de Investimentos foram cientificados de que, após a disponibilização das informações pela empresa contratada, a matéria será oportunamente apresentada para análise e acompanhamento em reunião do Comitê, ficando os respectivos registros e eventuais deliberações consignados em ata. **F) Parcelamentos:** O Sr. Rodrigo Informou os demais Membros do Comitê que os acordos de parcelamento nº 00146/2026, nº 00213/2026, nº 00246/2026 e nº 00269/2026, foram devidamente aceitos pelo Ministério da Previdência. O Sr. Alberto informou, durante a presente reunião, que os Termos de Acordo foram encaminhados às Secretarias de Fazenda e de Planejamento para as devidas adequações. Informou, ainda, que os referidos Acordos foram devidamente registrados na contabilidade do PREVINIL. No decorrer da análise, foi constatado que o Termo de Acordo nº 246/2026 apresentou diferença a maior em relação ao valor originalmente pactuado. Diante disso, foi encaminhado ofício a Prefeitura o que ensejou a abertura de procedimento administrativo PMN nº 7431/2026, destinado à apuração e à cobrança da referida diferença. Adicionalmente, foram identificadas inconsistências no Termo de Acordo nº 213/2026. Em razão disso, foi realizada consulta junto ao GESCON, sob o nº S898461/2026, com a finalidade de solicitar os devidos esclarecimentos acerca das inconsistências verificadas. **G) Regimento interno:** Foi apresentado aos demais membros do Comitê a minuta revisada e atualizada do Regimento Interno do Comitê de Investimentos, elaborada com o objetivo de promover as adequações necessárias às disposições da legislação vigente, às normas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, às diretrizes e boas práticas de governança e às atuais atribuições, competências e rotinas de funcionamento do Comitê. Durante a reunião, foram apresentados os principais pontos da minuta, sendo realizadas considerações e discussões pelos membros. Após deliberação os Membros aprovaram o regimento interno. Finalizado todos os conteúdos pautados foi encerrada a presente reunião às 11:35hrs. e eu, Alberto Zampaglione, lavrei a presente ata que após lida foi assinada por todos participantes de forma eletrônica.

Rodrigo Serpa Florêncio
Gestor dos Recursos

Alberto Zampaglione
Diretor Administrativo e Financeiro

Atos Gabriel Braga Ventura
Membro do Comitê

Danielle Villas Bôas Agero Corrêa
Membro do Comitê

Solange Dutra
Diretora de Benefícios